

Editorial

Maria de Lima Salum e Morais
e Marisa Feffermann¹

Este Boletim do Instituto de Saúde (BIS) apresenta um mosaico de artigos que delineiam e discutem aspectos referentes ao cuidado em **Saúde Mental**.

Segundo dados da Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde, 3% da população brasileira sofre de transtorno mental severo e persistente, 6% apresenta transtornos psiquiátricos graves decorrentes do uso de álcool e outras drogas e 12% necessita de algum atendimento em Saúde Mental. Tais dados apontam para a relevância da discussão do tema em pauta.

É importante ressaltar que o conceito de Saúde Mental é amplo e complexo. Como Política, a atenção à Saúde Mental deve ser pensada no bojo da Reforma Psiquiátrica e da Reforma Sanitária e, portanto, da construção do Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar de algumas iniciativas do governo, é notório que há, ainda, um grande caminho a ser percorrido para a efetiva implantação do SUS; o mesmo ocorre com as políticas para Saúde Mental. Os artigos desta edição buscam analisar essa realidade e apontar alternativas.

Os primeiros artigos apresentados dão subsídio para a reflexão sobre a Política de Saúde Mental hoje no Brasil e, mais especificamente, no Estado de São Paulo. Os artigos são resultados de pesquisas no SUS ou discussões a respeito do modelo atual de atenção na área. No primeiro deles – “Avaliação de ações de Saúde Mental em cinco regiões do Estado de São Paulo” – Morais *et al.* relatam o resultado de uma pesquisa realizada no estado, com o objetivo de investigar a evolução da implantação da Política Nacional de Saúde Mental, tendo como foco principal a avaliação de indicadores de ações de atenção à Saúde Mental.

No artigo “Poder Judiciário e Saúde: O Ministério Público Federal e a atenção à Saúde Mental no Município de São Paulo”, Ibanhes *et al.* discutem a relação entre o Poder Judiciário e a Saúde, tratando especificamente da chamada “judicialização” da Saúde a partir da atuação do Ministério Público Federal, comentando o quadro atual dos serviços e ações assistenciais em Saúde Mental no Município de São Paulo.

Os artigos de Tavares, de Bastos e Soares e de Vieira *et al.* fazem uma reflexão sobre o Programa de Saúde da Família. No artigo “A implantação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e a inserção da Saúde Mental no território NASF/ESF”, Tavares problematiza o conceito de território, com a preocupação de discutir a inserção da linha de cuidado em Saúde Mental nesses núcleos.

Bastos e Soares, em “Estudo diagnóstico da atuação das equipes de Apoio Matricial em Saúde Mental no Programa da Família na região sudeste de São Paulo”, relatam os resultados de uma pesquisa qualitativa que buscou caracterizar a atuação conjunta das Equipes de Apoio Matricial e Equipes de Saúde da Família. As autoras ressaltam a importância de fortalecer a prática de matriciamento com o ingresso de novos profissionais nos serviços de saúde e com a maior articulação no território, no intuito de obter respostas eficazes para

¹ Editoras responsáveis por esta edição.

a substituição do modelo manicomial. Nessa mesma perspectiva caminha o trabalho de Vieira *et al.* "Terapia comunitária: inovação na atenção em Saúde?", que apresenta uma experiência de Terapia Comunitária.

Na busca de alternativas e de avaliação de práticas terapêuticas que vão ao encontro da promoção de uma melhor qualidade de vida e de redução da vulnerabilidade e de riscos à saúde, insere-se o artigo de Cintra e Figueiredo "Acupuntura como Promoção de Saúde Mental".

Os trabalhos seguintes - "Oficinas expressivas terapêuticas: uma proposta inclusiva", de Pádua e Morais, e "Experiência artística no desenvolvimento de projetos de autonomia: possibilidade de resistência à repetição de significações", de Bastos e Cintra - dedicam-se à reflexão sobre a interface entre Arte e Saúde Mental. Ambos os artigos ressaltam a importância da expressão artística como meio de promover o modelo substitutivo ao modelo asilar e hospitalocêntrico.

A importância de um olhar específico para a criança e o adolescente, não dissociado da política de Saúde Mental, é discutida nos artigos seguintes, tanto sob o prisma do acesso aos serviços, como ocorre em "Saúde Mental Infantil: Perfil e acesso aos serviços de Saúde", de Falavina e Cerqueira, quanto da interface com outras políticas e Secretarias, como é o caso do artigo seguinte.

A demanda maior de crianças na área de Saúde Mental nas Unidades Básicas de Saúde refere-se a queixas escolares. No artigo "Saúde Mental em Unidades Básicas de Saúde: o caso da queixa escolar", Braga e Morais apresentam a necessidade de integração entre os setores Saúde e Educação e apontam a necessidade de uma revisão dos currículos dos cursos de Psicologia, no intuito de ressignificar a prática do psicólogo na rede básica de atenção à Saúde.

A discussão sobre Saúde Mental e Escola é referida também nos artigos seguintes. Em "Promovendo a Saúde Mental entre crianças e adolescentes: a prevenção à violência em ações educativas", Figueiredo salienta a importância de trabalhos nas escolas e na formação de professores para a discussão do tema da violência. Em "Uso de Álcool e Drogas entre Adolescentes do Ensino Médio em São Paulo", Figueiredo *et al.* relatam o resultado de um levantamento a respeito do uso de substância psicoativas em estudantes da rede pública estadual do município de São Paulo.

Pavão, em "Os outros olhares necessários no cuidado do abuso sexual infantil para além da Saúde Mental", ressalta a importância de uma maior aproximação entre os profissionais de Saúde Mental com profissionais de outras áreas para lidar com a questão do abuso sexual de crianças.

O artigo "Tiago "X" menino do Brasil - entre a sombra e a luz", de Figueiredo, apresenta uma reflexão sobre a realidade de um jovem interno da Febem a partir de uma pesquisa qualitativa.

O Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA) surge como um enfrentamento aos dispositivos disciplinares e segregadores que impossibilitam a expressão do ser humano em toda a sua potencialidade. Esse Movimento esteve e está presente em todo o processo de construção das Políticas de Saúde Mental. O "Manifesto" do Fórum Social Por Uma Sociedade sem Manicômios, que encerra essa edição do BIS, apresenta uma reflexão crítica sobre os 20 anos do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial.

Capa - A imagem retrata a exclusão histórica dos que sofrem transtornos mentais, levada ao extremo na Renascença, quando eram expulsos dos muros das cidades e embarcados nas chamadas Naus dos Loucos.